

Rio+20

“Poverty eradication and the Environment”, June 19th, 2012

Governança Global para o desenvolvimento sustentável

Jean Rossiaud

Fundação Charles Leopold Mayer para o Progresso Humano

Senhor Presidente,

Estimados participantes,

Senhoras e senhores,

Eu gostaria de agradecer sinceramente, em meu nome e em nome da *Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l’Homme*, ao professor Liszt Vieira, Presidente do Jardim Botânico do Rio, ao Instituto Veolia, e todos os organizadores deste Programa muito interessante, que me darão a oportunidade de falar hoje para vocês sobre "Governança Global para o desenvolvimento sustentável".

Vou pedir-lhes desculpas por falar em portunhol.

É realmente uma grande honra para mim ter sido convidado para participar do fechamento desta conferência, nessa "mesa redonda" que tem como objetivo pensar em uma perspectiva para o futuro do planeta e da humanidade (só isso!); vou tentar compartilhar algumas idéias sobre o “pós-Rio+20”.

Falei de uma perspectiva pelo futuro.

Mas se trata de uma **dupla mudança na perspectiva**: em primeiro lugar, uma perspectiva diferente no plano da visão, e em segundo, uma perspectiva diferente no plano do quadro de ação social e política.

De fato, precisamos entrar em duas transições diferentes (que vou detalhar rapidamente agora); mas temos também de vincular essas duas transições (é isso que vou tentar fazer na minha conclusão).

1. Em primeiro lugar, uma visão diferente se dá com uma transição para um novo paradigma “epistêmico” (na concepção do Foucault).

Depois de vinte anos, o pensamento do “Desenvolvimento sustentável” já se esgotou, porque ele foi incapaz de cumprir sua função prática e sua missão global: impedir o desastre, prevenir a catástrofe no momento mesmo da aceleração da globalização. Falhou!

O pensamento do “Desenvolvimento sustentável” falhou, porque ele não se colocou em descontinuidade, mas a continuidade do paradigma moderno do progresso.

Basicamente, o “desenvolvimento econômico” não foi questionado no seu princípio secular fundamental: o crescimento econômico.

Além disso, as três instâncias do desenvolvimento sustentável não foram atualizadas em instituições de mesmo peso; mas, as instituições não obedeceram a mesma lógica política.

Nada foi feito para organizar, num modelo único e coerente, o “econômico” (ou seja, o mercado para o crescimento), o “social” (ou seja, a luta contra a miséria, contra a pobreza e contra a desigualdade), e o “meio ambiente” (ou seja, a preservação da biodiversidade, a luta contra as poluições e luta contra o aquecimento climático).

Enfim, nunca houve nenhum acordo sobre a adoção de um princípio organizador entre as duas partes da expressão “Desenvolvimento sustentável”.

Mais grave, a “Sustentabilidade” não foi definida propriamente, e o “Desenvolvimento” (entendido principalmente como crescimento) continua a ser o conceito organizador que determina os outros, e claramente, que determina em primeiro lugar, a noção não bem definida de “Sustentabilidade”.

Como durante os dois séculos passados, e a consagração da primeira modernidade, o “não limitado”, o “ilimitado”, o sem “restrições”, o sem constrangimento, tem tomado um valor hierarquicamente superior (na acepção do Louis Dumont) do que tem o “limitado”, os limites do sistema-Terra, o “Sustentável”.

Nos últimos anos dessa primeira modernidade, nesses últimos vinte anos, a noção de desenvolvimento teve de **conter** a noção de sustentabilidade. Praticamente, não conseguiu! E vamos ao desastre ecológico e social.

O novo paradigma epistêmico deve inverter a relação hierárquica. Isso significa que é a noção de sustentabilidade, que agora deve **conter** a noção de desenvolvimento.

Até agora, temos desenvolvido até o limite do potencial do planeta Terra. Chegamos ao ponto-limite, que é aquele da bifurcação da humanidade, uma mudança de paradigma, onde o limite se impõe ao “desenvolvimento sustentável”.

Parece simples, mas não é tanto: o desenvolvimento sustentável, em suas três dimensões, **deve se restringir** a gastar anualmente não mais que os recursos de um planeta por ano.

Atualmente, gastamos a cada ano de 4 a 6 planetas.

A **questão e o desafio** não são mais o

"desenvolvimento sustentável para a sociedade humana" (era uma visão muito "humano-cêntrica").

A **questão e o desafio contemporâneos** são "a sustentabilidade da terra para permitir o desenvolvimento social e humano".

E essa oportunidade de mudar de paradigma, de inverter o paradigma que se perdeu na Rio+20 ao falar de "economia verde", sem defini-la, e sobretudo sem colocar como quadro-limite a sustentabilidade anual do planeta.

Quando pensamos de primeira em

"desenvolvimento sustentável", assumimos a necessidade do desenvolvimento (sem definir de que tipo), decidimos buscar esse desenvolvimento, e prometemos tentar fazê-lo de forma "sustentável" para as gerações futuras.

Se - ao contrário - pensarmos primeiro em sustentabilidade, assumimos que a terra tem limites, e decidimos permanecer dentro desses limites, e neste quadro (nestes limites) procuramos o melhor desenvolvimento humano e uma distribuição justa e equitativa dos recursos mundiais entre cidadãos.

Parece que faz pouca diferença, mas, na verdade se trata mesmo de reverter o paradigma. E não é pouca coisa.

2. Dirijo-me agora ao meu segundo ponto, para discutir **governança global**.

Isto é, deixar o campo da transição epistêmica para entrar no campo da transição até outra prática social e, mais precisamente, outra prática “política”.

Por quê? Porque falar de governança, é falar de política. E falar de governança global... E falar de política mundial... E lá chegamos ao "buraco negro" do pensamento político contemporâneo.

A idéia de governança global é muito recente, mas ela rapidamente fez seu caminho. Mas “governança global” ainda é uma expressão que esta sendo usada sem defini-la, e que todo mundo coloca o que quer colocar, ou seja, uma parte de frustração e uma parte de esperança.

A expressão “governança global” exprime uma decepção, uma carência (não tem governança

mundial) e, ao mesmo tempo, exprime um desejo: o desejo de que outro mundo seja possível.

Para uma "governança global" poder surgir (eu quero falar de uma governança efetiva, real, verdadeira e não simplesmente virtual ou fantasmagórica), é preciso que haja "**discursos políticos e ideológicos**" sobre os aspectos **políticos** da globalização, sobre a questão do poder **na política internacional e multilateral** (da ONU, da OIT, da OMC, etc.) **e fora dela** (os imperialismos, o poder das empresas multinacionais, dos mercados financeiros, das máfias).

Este não é o caso hoje: não temos "**discursos políticos e ideológicos**" sobre os aspectos **políticos** da globalização.

Claro que existem discursos científicos ou acadêmicos sobre a globalização política. Eles estão construídos no quadro das ciências sociais, jurídicas ou políticas, ou no âmbito das relações internacionais.

Inversamente, existem também discursos políticos e ideológicos sobre a globalização econômica (sobre a preeminência dos mercados, das multinacionais) ou sobre a globalização cultural (o imperialismo cultural, uniformização ou a ocidentalização do mundo).

Isso sim existe. Mas não tem discursos de partidos políticos sobre a política mundial.

Os partidos políticos - independentemente da orientação ideológica – constroem seus discursos em todos os níveis políticos e institucionais onde eles atuam.

Sabem falar do nível local ou metropolitano, do nível das relações entre o Estado nacional e as regiões ou estados (nos Estados federais), do nível das relações entre estados nacionais e até sabem falar de integração regional (União Européia, Mercosul, ASEAN, União Africana, etc.).

Mas, além disso, nada. O discurso ideológico dos partidos políticos, ou das organizações da sociedade civil ou mesmo dos movimentos sociais transnacionais, não levantam a questão da Governança Global como tal. Por isso falei que “a governança global” é realmente o “buraco negro” do pensamento político.

Outra coisa. O paradigma do “Desenvolvimento sustentável” não se esgotou somente porque tinha contradições a nível conceitual (como falei antes), mas ele se esgotou também então nas contradições do sistema político internacional e multilateral.

Os defensores do Desenvolvimento sustentável na ONU ou nas ONGs ficaram sempre no nível internacional e não conseguiram passar para o nível da governança global, não conseguiram passar para o **nível global de governança**, não conseguiram passar para uma conceituação da governança que seja realmente **mundial** (é dizer numa dialética permanente entre o global e o local, permitindo a subsidiariedade ativa e a soberania popular a todos níveis da política.

Em uma palavra: ninguém tem uma visão democrática e multi-nível da governança mundial.

Falei antes que as três instâncias do desenvolvimento sustentável não foram atualizadas em instituições de mesmo peso, nem obedecendo a uma mesma lógica política.

O **econômico** está nas mãos do FMI, do Banco mundial, da OMC (no interior do sistema), das multinacionais e dos mercados financeiros (a fora), o meio ambiente esta numa posição impossível, o PNUMA está desconectado do PNUD, e mais ainda do Banco mundial. De toda maneira todas estas instituições continuam prosseguindo seus interesses próprios, sem nem responder perante os demais, sem mesmo coordenar-se.

3. Quarenta anos após a Conferência de Estocolmo 1972, a primeira "Cúpula da Terra", e vinte anos depois do Rio-92 se torna óbvio que, a fim de salvar o planeta e a humanidade, agora estamos em emergência. Os mais pessimistas dos anos 70 não podiam mesmo imaginar que as coisas seriam tão graves – tão irreversíveis 40 anos depois.

Em conclusão, vou tentar ligar o novo paradigma epistemológico (pensar primeiro de sustentabilidade) e o novo paradigma político (construir um sistema político global, que seja democrático e descentralizado).

Durante esses vinte anos passados, um número crescente de indivíduos em todo o mundo se tornou consciente de pertencer a "uma comunidade mundial".

Edgar Morin escreveu um livro "Terra Pátria" para expressar o surgimento desta nova consciência. Estamos todos no mesmo barco, e agora todos nós **sabemos** disso. Não se pode fugir mais.

O sentimento de pertencer a uma comunidade humana única (mesmo diversa), marca realmente uma ruptura "epistêmica" na História.

Mas, como fazer que essa comunidade mundial se converta num sujeito histórico : a humanidade como sujeito da sua própria história.

Por isso, será preciso construir um sistema político mundial. E quem está em situação de construí-lo? O sistema não vai se reformar sozinho.

No meu ponto de vista, a sociedade civil nacional e transnacional, e os movimentos sociais devem exigir um novo sistema político mundial e democrático.

Chegou a hora de criar um movimento político amplo – em nível mundial – que seja capaz de exigir das grandes famílias políticas – que sejam suas tendências ideológicas – de criar uma sorte de **Constituinte mundial** que transforme e democratize a ONU, o sistema internacional e multilateral.

Um sistema mundial capaz de implementar "a sustentabilidade da terra para permitir o desenvolvimento social e humano", resgatando a biodiversidade e erradicando a pobreza.

Sem este novo sistema político realmente “mundial” – e não só internacional -, eu temo que nada desse programa seja possível.

Obrigado pela vossa atenção.

Jean Rossiaud

Membro do Conselho da Fundação

Charles Léopold Mayer para o Progresso Humano

Rio de Janeiro – 19 de junho de 2012 – RIO+20

Jean Rossiaud

4 Passage Daniel-Baud-Bovy
CH – 1205 Genève, Suisse
E-Mail : Jean.Rossiaud@gc.ge.ch

Mobile : +41 79 257 29 22

- Member of the Board of the *Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme* (2006-)
- Academic investigator and teacher in social and political sciences, in different Universities in Switzerland, France and Brazil (1989-2006); political personal advisor for City of Geneva (2007-)
- Member of the Les Verts – Parti écologiste genevois, and of the Swiss Green Party since 1989; deputy member of the Global Greens Coordination (90 partidos politicos verdes reunidos em quarto federações continentais).
- Green MP of the Republic and Canton of Geneva 2003-2009
 - Worked in commissions: Transport, Human Rights, Political Rights, Post-Graduate Studies, Government Expenditure and Administration.